

Dossiê – Metodologias de Pesquisa em Psicanálise: Caminhos, Paradoxos e Impasses.

Psicanálise e racismo: um caminho metodológico possível

Joice Beatriz Efigênio dos Santos¹

Susane Vasconcelos Zanotti²

Resumo

Este artigo investiga as implicações psíquicas do racismo no Brasil, utilizando a Psicanálise como aporte teórico-metodológico. Inicialmente, revisita as principais elaborações de Freud e Lacan acerca de fenômenos segregatórios e evoca as investigações brasileiras de pós-graduação pioneiras nas discussões psicanalíticas sobre os efeitos psíquicos do racismo. Assim, estabelece o referencial necessário para a análise de aspectos clínicos, estruturais e gerais da constituição do sujeito perpassada pela racialidade. A construção de um caso clínico e o uso da marca do caso como operador metodológico fundamentam a investigação dos efeitos singulares do racismo. No caso Mariana, a experiência de nomeação em seu núcleo familiar evidencia como o racismo — presente na estrutura social — implica sua relação com o próprio corpo e a subjetividade. Conclui-se que esta análise permite adentrar nas possíveis saídas e na emergência do sujeito diante dos atravessamentos do discurso racista, reforçando a potência da Psicanálise para a investigação dos efeitos do racismo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Racismo. Metodologia psicanalítica. Caso clínico.

Introdução

Este trabalho parte do recorte metodológico de uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo investigar as implicações psíquicas do racismo em uma família inter-racial, a partir de um estudo de caso em Psicanálise. No recorte aqui apresentado, abordaremos como a Psicanálise pode ser utilizada para investigar os atravessamentos psíquicos do racismo, tão presente na dimensão social. Apesar de Sigmund Freud e Jacques Lacan, ao longo

1 Mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Membro do Grupo de Pesquisa Clínica Psicanalítica (Clinp). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) (Alagoas, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2371-2740>. E-mail: joyce.santos@ip.ufal.br.

2 Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorado pela Université Rennes 2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Clínica Psicanalítica (Clinp-IP/Ufal). Psicanalista. Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise (Alagoas, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2695-5476>. E-mail: susane.zanotti@ip.ufal.br.

de suas elaborações teóricas nos séculos XX e XXI, não abordarem a questão racial como central no debate acerca das subjetividades, esse debate ganha força a partir de elaborações psicanalíticas posteriores.

As discussões acerca das questões raciais no campo psicanalítico ganham consistência ainda durante o século XX, devido ao aumento de estudantes negros no campo universitário. Dessa forma, a questão racial passa a ser investigada em função de ser algo que interpela sujeitos de diferentes lugares e posições na sociedade (Andrade, 2024). Vale lembrar que, no Brasil, a introdução do discurso psicanalítico acontece paralelamente à criação das universidades brasileiras, em razão de sua forte presença nesse meio (Fonteles & Coutinho, 2016).

É nesse campo que, durante o fim do século XX e no século XXI, esse debate entra em cena a partir de pesquisadoras, psicanalistas e intelectuais negras, como Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Lélia Gonzalez. Por meio de seus trabalhos e elaborações, essas autoras impulsionaram a investigação das implicações psíquicas e sociais do racismo. Assim, com o nascimento desse campo, abre-se caminho para a Psicanálise ser utilizada em investigações que visam às subjetividades perpassadas pelo racismo. Ademais, o debate ganha ainda mais força nas universidades com a aplicação da Lei de Cotas Raciais (Andrade, 2024).

Em 1953, Lacan já apontava para a urgência e necessidade de o psicanalista manter conexão com a subjetividade de sua época. Assim, considerando que o Brasil é marcado por uma neurose cultural que tem o racismo como sintoma (Gonzalez, 1983/2020), fruto de um longo período colonial e escravocrata e sendo o último país a abolir a escravidão, é fundamental que uma Psicanálise brasileira e desenvolvida no ambiente acadêmico abarque esse fenômeno. Portanto, é urgente abordar os efeitos psíquicos do racismo, ainda tão presente no social e na clínica.

Como pontuou Lacan (1953/1998):

Que antes renuncie a isso [à clínica psicanalítica], portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas, quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas (p. 322).

No que concerne à sociedade brasileira, Souza (1983/2021) e Nogueira (1998) apontam que o racismo é gerador de sofrimento psíquico, e esse sofrimento chega à clínica psicanalítica. Portanto, urge a necessidade de que a Psicanálise esteja a par das discussões raciais e dos efeitos que este ocasiona nas subjetividades de nossa época. Desse modo, abrimos uma questão: como investigar os atravessamentos do racismo a partir do aporte teórico-metodológico psicanalítico?

Com o intuito de adentrar nessa discussão, rememoramos as indagações freudianas e lacanianas acerca de práticas segregatórias e racistas. Em seguida, a fim de localizar esse campo de estudo no Brasil, serão revisitados três trabalhos consolidados com discussões raciais e os efeitos do racismo no meio acadêmico, em pesquisas de pós-graduações, desenvolvidas por pesquisadoras psicanalistas (Bicudo, 2010; Nogueira, 1998; Souza, (1983/2021). Esses

trabalhos apontam aspectos clínicos estruturais e gerais acerca da subjetividade perpassada pelo racismo. Por fim, considerando que a Psicanálise se coloca ao mesmo tempo tanto como método de pesquisa quanto como método de tratamento (Pinto, 2004), apresentaremos a construção e análise da marca do caso como um caminho psicanalítico para investigar os efeitos singulares que o racismo pode ocasionar para cada sujeito.

Na Psicanálise, a construção de caso é utilizada como uma ferramenta que possibilita uma análise aprofundada do particular, mas sem desconsiderar a estrutura (Viganò, 1999). Assim, apresentaremos aqui o racismo socialmente localizado de maneira estrutural, que mediante um estudo de caso é possível ao pesquisador-analista decantar, por meio da amarração entre os fragmentos, a tensão entre o particular e o geral, podendo tanto confirmar o universal quanto ser uma exceção a ele. Para demonstrar o método utilizado, trazemos a construção do caso clínico de Mariana e a marca de seu caso, a partir de fragmentos de uma entrevista realizada por Schucman (2023) no livro *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*.

Iremos seguir a análise doravante com o conceito lacaniano de traço unário (Lacan, 1961-1962/2003), traço que marca o sujeito de maneira incisiva, atuando como o ponto central em torno do qual se dá a identificação e a inserção do sujeito na ordem simbólica. A marca do caso aproxima-se desse conceito, na medida em que se trata de um “ponto inaugural da estrutura de onde advirá a história” (Siqueira & Queiroz, 2014, p. 7). Apostamos que por intermédio da marca do caso seja possível destacar a dimensão singular que esse fenômeno pode ocasionar no sujeito.

A Psicanálise como método de investigação do racismo

A Psicanálise desde Freud tem sido utilizada para pensar as práticas de ódio e segregação humana, iniciadas com as indagações freudianas no texto *Moisés e a religião monoteísta* (Freud, 1939/2014) sobre o antissemitismo, escrito em meio à ascensão do nazismo na Europa. Nos textos *Mal-estar na civilização* (Freud, 1930/2020) e *Psicologia das massas e análise do eu* (Freud, 1921/2020), Freud também trabalhou com afincos a questão da intolerância ao outro, indo em direção do estudo sobre o ódio e a agressividade como inerentes à condição humana, fruto da pulsão de morte.

Em *O Tabu da virgindade*, Freud (1918/2018) apresenta pela primeira vez o conceito “narcisismo das pequenas diferenças”, no qual o autor discorre acerca de uma diferenciação entre homem e mulher e a hostilidade à mulher nos povos primitivos. Dessa forma, Freud vai trazer nesse trabalho o corpo feminino e a feminilidade como um símbolo da alteridade em Viena, assim como o corpo dos judeus a partir da circuncisão, retomado em *Moisés e a religião monoteísta* (Freud, 1939/2014). Para Freud (1918/2018), esse narcisismo das pequenas diferenças daria origem à hostilidade presente em todos os vínculos humanos:

Com expressões que diferem apenas ligeiramente da terminologia utilizada pela psicanálise, Crawley afirma que cada indivíduo se isola dos demais através de um “tabu de isolamento pessoal”, e que justamente as pequenas diferenças, em meio a semelhança em todo o resto, fundamentam os sentimentos de estranheza e hostilidade entre

eles. Seria convidativo perseguir essa ideia e propor derivar desse “narcisismo das pequenas diferenças” a hostilidade que vemos em todas as relações humanas lutar com sucesso contra os sentimentos de união e vencer o mandamento do amor generalizado aos seres humanos (p. 122).

Como citado, pequenas diferenças originariam sentimentos de estranheza e hostilidade. Seria a prática do racismo também atrelada a esse mecanismo do narcisismo das pequenas diferenças?

Almeida (2019), em “O racismo estrutural”, descreve que o racismo, em sua forma estrutural, representa a manifestação normal de uma sociedade, em razão de integrar a organização política, econômica e moldar a vida social contemporânea. Essa manifestação do racismo como uma estrutura da civilização, e não como algo patológico, é análoga à elaboração de Freud (1921/2020) em “Psicologia das massas e análise do eu” acerca do que faz laço social. O autor aponta que, assim como o amor ao líder ou a uma causa, “. . . o ódio a uma pessoa ou instituição determinada poderia ter efeito unificador e provocar ligações afetivas semelhantes à dependência positiva.” (p. 42).

Essa manifestação se assemelha, por exemplo, ao pacto da branquitude trabalhado por Cida Bento (2022), que aponta que, a partir do racismo estruturado socialmente, brancos se articulam de maneira unificadora e evocam laços emocionais, sociais e econômicos que excluem a população negra. Trazendo a concepção freudiana de narcisismo das pequenas diferenças, pode-se dizer que a branquitude se articula entre os iguais, a partir do narcisismo, e excluem os negros em suas pequenas diferenças.

Lacan, ao fazer seu retorno a Freud, retoma também a discussão acerca da segregação e racismo, em seus trabalhos realizados entre os anos de 1967 e 1970, apontando para um aumento da prática do racismo nos próximos anos: “Quando voltamos à raiz do corpo, se revalorizamos a palavra irmão, . . . saibam que o que vem aumentando, o que ainda não viu suas últimas consequências, e que . . . se enraíza na fraternidade do corpo, é o racismo. Vocês ainda não ouviram a última palavra a respeito dele” (Lacan, 1972/2012, p. 227).

Lacan (1971/2009, pp. 28-29) em seu Seminário 18 (*De um discurso que não fosse semblante*) traz alguns elementos para se pensar o racismo. Ele aborda a identificação do povo alemão com Hitler e trabalha o racismo como da ordem de um *Mais-de-Gozar*. Com base nessas formulações, o racismo é estudado por psicanalistas contemporâneos, como Jacques-Alain Miller (1985/2010, pp. 53 e 55) como sendo da ordem do ódio ao gozo do Outro e ao próprio gozo. Pesquisadores recentes (Bonfim, 2021; Fuks & Farias, 2023; Moreno Cárdenas, 2023; Pinto, 2012) também abordaram a prática do racismo como ódio ao gozo do Outro em sua forma distinta de gozar, apontando a origem do ódio racista na intolerância ao gozo do Outro infamiliar.

No trabalho que deu origem a esse campo teórico de discussões acerca do racismo, Lacan (1971/2009) aponta que o discurso do capitalista — forjado a partir do conceito de *mais-valia* — é o principal colaborador no fenômeno nazista. A partir do conceito de *mais-valia*, o autor formula o conceito de *mais-de-gozar*, que apresenta que a entrada do sujeito na linguagem acarreta na perda de um gozo, e através do *mais-de-gozar* se estabelece uma tentativa de recuperar o gozo perdido. Nesse jogo, o Outro sob o qual o discurso racista vai

apontar é colocado como destituído de subjetividade, e apontado como culpado por essa perda de gozo que o sujeito tenta recuperar. Esse Outro é colocado nesse lugar em razão do excesso ser visto como um roubo do gozo.

Lacan (1971/2009, pp. 28-29), ao apontar o racismo relacionado a um Outro gozo e da ordem de um mais-de-gozar, considera esse caminho como causador da idealização de uma determinada “raça”. A construção parte da ideia de que as relações entre os seres falantes se assentam em um gozo mortífero, recalcado durante o processo civilizatório; com isso, a normatização em termos de gozo decorre de uma recusa à forma do Outro gozar. Essa rejeição à forma distinta do outro gozar pode ser realizada por meio de silenciamento, exclusão ou até mesmo fazendo com que o outro se torne um igual, caracterizando-se como uma forma de racismo. Assim, o sujeito irá manifestar uma vontade de matar e segregar esse outro que encarna o gozo que o racista rejeita. Em entrevista nos anos posteriores, ao ser indagado por Jacques Alain Miller, em “Televisão”, sobre os avanços dos processos de segregação, Lacan (1973/2003) responde que “deixar a esse Outro entregue a seu modo de gozo só seria possível não lhe impondo o nosso e não o tomando por subdesenvolvido” (p. 533).

No contexto brasileiro e reconhecendo que as práticas sociais e políticas afetam o modo como o racismo se define, o processo de colonização e a política escravista desembarcam em um racismo à brasileira que atua de maneira a ser antinegro — o negro como conjunto de hábitos e cultura e como a imagem de um determinado corpo (Gonzalez, 1983/2020; Nogueira, 1998). Assim, pode-se pensar na cultura afro, seus ritos e tradições e o corpo marcado por traços negroides como representantes desse Outro gozo do colonizador. Como aponta Andrade (2024), no colonialismo, o discurso do mestre disponibilizou “semblantes coletivizáveis e fez deles objetos individuais para cada um, a partir de uma política de identidade”. Assim, o ódio mobilizado contra os povos originários e africanos, por exemplo, funcionou como laço entre os colonizadores, que colocaram esses outros tal como selvagens, passíveis de serem escravizados, comercializados e destituídos de suas posses. Assim, o racismo se funda a partir de uma política de identidade, uma lógica onde A é igual a A, que tem como destino o ódio ao Outro (Andrade, 2024).

O racismo e o negro

Achille Mbembe (2018), ao retomar a construção teórica realizada por Fanon (1952/2020), desenvolve como o negro é uma invenção do branco utilizada para nomear o outro durante as expansões coloniais e o uso de mão de obra escravizada, mas, para além disso, “o Branco também é uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar” (Mbembe, 2018, p. 84). Na segunda metade do século XX, a ciência biológica demonstrou que raça não existe, portanto, as definições genéticas, biológicas e fisiológicas de raça e hierarquias raciais advindas dessas teorias na atualidade são rechaçadas pelo conhecimento acadêmico e entendidas como racistas e eugenistas. Entretanto, apesar de não existir uma diferenciação significativa que demarque a existência de diferentes raças no campo biológico e genético humano, a ideia de raças e identidades fixas atreladas a elas é disseminada por meio da linguagem e das imagens dos corpos.

Kabengele Munanga (2017), em *As ambiguidades do racismo à brasileira*, elabora que a partir desse imaginário acerca de raça se reproduzem e se mantêm práticas racistas, sendo a própria ideia acerca da existência de raças, e uma consequente hierarquização destas, tributária do racismo. Como ressalta Schucman (2023), as classificações de raça são sempre construções sociais, pois partem de um pressuposto inexistente no campo biológico. Sendo assim, e entendendo que no Brasil a classificação racial se dá em razão do fenótipo e da imagem do corpo, e não por ascendência, origem ou ancestralidade, considera-se que a noção de raça não tem um fundamento biológico, mas esse discurso ocupa um lugar no simbólico e na linguagem. Portanto, o racismo permanece através dos signos e da linguagem, perpassando o imaginário social e sendo transmitido. Como consequência, representações coletivas ainda utilizam conceitos de raça construídos a partir da dimensão fenotípica, como a cor da pele e traços que constituem os corpos.

Lacan (1972/2003) vai apontar como essa tentativa de constituir uma raça pela via do orgânico resultou na tentativa do terceiro Reich, sendo na prática o que se caracteriza como racismo:

Pois não é por aí, como se viu por uma tentativa grotesca de fundar nisso um Reich dito terceiro, não é por aí que se constitui raça alguma (nem tampouco por esse racismo, na prática). Ela se constitui pelo modo como se transmite, pela ordem de um discurso, os lugares simbólicos, aqueles com que se perpetua a raça dos mestres/senhores e igualmente dos escravos (p. 462).

Considerando essa pontuação de Lacan (1971/2009), a ideia da existência de raças não se firma a partir de uma identidade essencialista, e sim por meio do discurso e da linguagem, que atribui lugares simbólicos e atrela determinados significantes a determinados corpos dentro de um discurso. Ainda com o autor, o discurso pode ser considerado “aquilo que se articula a partir de uma estrutura, em alguma parte da qual ele se acha alienado de maneira irreduzível” (p. 10).

Assim, trazendo a leitura de Lacan (1971/2009) acerca do que seria o discurso, o discurso do racismo pode ser explicado “como não podendo ser o discurso de um particular, mas se fundado numa estrutura” (p. 10), na medida em que o racismo e a ideia de raças foram difundidos e firmados a partir de uma longa construção histórica que constitui uma estrutura que privilegia determinados corpos. Com isso, por intermédio desse discurso, são produzidos padrões de uma estética ideal acerca de corpos difundidos através da linguagem e firmado através de discurso, o que consequentemente ocasiona corpos aprisionados a um lugar de inferioridade, em contraponto a uma superioridade moral, intelectual e estética atrelada a corpos brancos.

A partir desse discurso racista, surgem no imaginário social determinadas características como intrínsecas e essencialistas referentes ao corpo negro, ou, de outra maneira, o negro como outra coisa que não humano, sem subjetividade, criando perspectivas que empurram o negro para uma condição de animalidade, primitivismo e irracionalidade, afastando-o da possibilidade de ser compreendido como sujeito, em oposição à racionalidade e ao refinamento do branco. Esse processo de animalização faz com que o negro, como vai apontar Souza

(1983/2021), fique impossibilitado de entrar na cadeia de significantes, espaço de possibilidade de passar da biologia à história através do compartilhamento do mundo simbólico.

No seminário 1, Lacan (1953/2009) é categórico: “a situação do sujeito é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, no mundo das palavras” (p. 93). Assim, quais as saídas subjetivas que o sujeito encontra para emergir a partir desse discurso presente no mundo das palavras e da linguagem?

Pesquisas sobre racismo na Psicanálise brasileira

Discussões acerca das implicações do racismo na constituição psíquica de sujeitos foram efervescidas ainda no século XX por três grandes psicanalistas negras brasileiras em suas obras, advindas de dissertações de mestrado acadêmico: “Significações do Corpo Negro”, de Isildinha Baptista Nogueira (1998); “Torna-se Negro”, de Neusa Santos Souza (1983/2021); e “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, de Virginia Leone Bicudo (2010). Além desses trabalhos, pesquisadoras brasileiras de outras áreas também utilizaram conceitos psicanalíticos para abordar a questão racial, como Gonzalez (1983/2020) em “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” e Beatriz Nascimento em “Por uma história do homem negro” e “Daquilo que se chama cultura” – textos presentes na coletânea organizada por Ratts (2006). Esses trabalhos, ao considerarem a constituição estrutural da população no Brasil, abriram espaço para uma descolonização da Psicanálise a partir de fatores específicos da cultura e subjetividade brasileira e, assim, investigar os efeitos que isso gera na subjetivação e nos complexos familiares.

Em 1945, Virgínia Leone Bicudo, primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista no Brasil, defendeu dissertação de mestrado intitulada de “Atitudes de Pretos e Mulatos em São Paulo”, entretanto a pesquisa só foi publicada 65 anos depois, sete anos após o falecimento de Bicudo, permanecendo desconhecida por muitas gerações durante esse período. Sua pesquisa foi realizada com 31 sujeitos que se autodeclararam pretos ou mulatos, com o intuito de investigar como os entrevistados interpretam as experiências cotidianas relacionadas à cor da pele. Para isso, Bicudo (2010) utilizou questionários e entrevistas. Os resultados do estudo apontam como pretos e mulatos sentiam-se discriminados principalmente no mercado de trabalho, nas relações afetivas e no acesso a espaços sociais. Apesar de psicanalista, a pesquisa realizada por Bicudo — pioneira na discussão sobre relações étnico raciais no Brasil — tinha caráter exploratório e não se utilizou de um viés psicanalítico na metodologia.

Souza (1983/2021), em seu trabalho, analisou a constituição de um corpo negro, a partir de entrevistas com negros em ascensão social na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa da autora rompe com o discurso de que o racismo estaria vinculado apenas à classe social e mostra como esse corpo que ascende socialmente e economicamente ainda é estigmatizado e perseguido pelas marcas do discurso racista. Neusa utiliza o método do estudo de caso e a técnica de história de vida. No estudo de caso, ela reúne dez histórias de vida de pessoas negras em ascensão social e as elege como representativas de hipóteses acerca das implicações do racismo no campo psíquico, que na visão da autora “*poderão vir a ser testadas por outros pesquisadores*” (p. 109).

Neusa utilizou do aporte teórico da Psicanálise para análise das histórias de vida, como Complexo de Édipo e os conceitos de Ideal de Eu e Eu ideal, atrelado à teoria das ideologias, compreendendo que “o sujeito é o suporte dos efeitos ideológicos agenciados por leis inconscientes que organizam o terreno subjetivo da instância ideológica” (p. 114). Entre as hipóteses a que sua pesquisa chegou, estão as de que o sujeito que nasce com a pele preta e outras características do tipo negroide é alienado a uma imagem do desejo do Outro que coloca a branca como ideal. Para construir uma identidade negra, esses sujeitos necessitam contestar os modelos advindos das figuras primárias de cuidados que lhe transmitiram um ideal de branca.

Já o trabalho de dissertação de Nogueira (1998) tinha como objetivo investigar as implicações psíquicas do racismo para o negro. Para isso, a autora utilizou sua própria experiência, de uma psicanalista negra, e também a escuta de seus analisantes negros, por meio de vinhetas e fragmentos clínicos para discutir acerca dos atravessamentos do racismo na constituição do corpo negro. A autora utiliza como fundamentação teórica as noções lacanianas de real, simbólico e imaginário para elaboração dessa constituição e faz uma intersecção com o conceito de branca — que no discurso do racismo se apresenta como um ideal. A pesquisa inicialmente teria como título “A cor do inconsciente”, mas posteriormente foi nomeada como “Significações do corpo negro”, por ser o primeiro título não bem aceito pela comunidade psicanalítica da época.

Para Nogueira (1998), o racismo não se apresenta exclusivamente na dimensão social e consciente, mas se inscreve na dimensão inconsciente, tanto para os negros quanto para os brancos, e persistem, apesar de mudanças na realidade social e política. Assim, a partir da discriminação do racismo, pais negros seriam atravessados por medo e desconfiança, e a identificação de seus filhos já envolveria a identificação com a fragilização que afeta esses pais, pois o medo e a desconfiança que as experiências de discriminação produzem estariam presentes. Além disso, Nogueira (1998) pontua como o Saber e Poder estariam atrelados à branca e, com isso, a partir de uma ideia imaginária, ambos faltariam nos pais negros. Destarte, para a criança negra o afastamento das figuras parentais ocorreria na emergência do ideal da Branca. Em suas palavras: “A criança negra é, desde sempre, confrontada com o fato de que a figura de seus pais é marcada por uma autoridade e uma perfeição ‘diminuídas’. A criança negra é aquela cujos pais aparecem, desde sempre, para ela, como fragilizados pelo desejo inacessível da branca” (Nogueira, 1998, p. 140).

Diferentemente da tese trabalhada pela autora, que analisa as implicações do racismo em família com pais também negros, o caso que posteriormente iremos apresentar distingue um núcleo familiar inter-racial. Nesse outro arranjo familiar, a presença marcante de um Outro materno que tem a branca encarnada em seu corpo assume uma particularidade para o caso.

A marca do caso como operador metodológico

Para a investigação e escuta dos atravessamentos do discurso racial no sujeito, iremos partir aqui de uma análise do singular. Para isso, foi realizada a construção de um caso clínico

e a análise de sua marca. A construção de um caso clínico em Psicanálise, como proposta por Viganò (1999), tem o intuito de elaborar um saber cujo foco é o sujeito que sofre de seu sintoma, sendo uma proposta que traz uma perspectiva distinta da formalização empírica da ciência positivista, que exclui o sujeito em prol de uma universalidade e objetividade. A escrita de um caso, portanto, tem o objetivo de relatar uma experiência singular, por meio da escrita do terapeuta. Dessa forma, a escrita será do pesquisador.

No caso em questão, não se trata da construção de um caso atendido, e sim da análise clínica a partir de uma entrevista realizada em uma pesquisa no campo da Psicologia Social. Essa proposta metodológica é fundamentada por Siqueira e Queiroz (2014), ao considerarem a “marca do caso” como um operador metodológico para análise de material colhido por outro pesquisador. A proposta metodológica é apresentada com base no trabalho da tese de doutorado de Siqueira (2013), em que a pesquisadora utiliza entrevistas colhidas por outrem e realiza a construção de um caso clínico iniciado em sua dissertação de mestrado (Siqueira, 2009). Na tese de doutorado, Siqueira (2013) delimita a marca de singularidade desse caso.

As elaborações realizadas nessas pesquisas evidenciam que o caso clínico exige do analista um trabalho de construção para que possa ser publicado. O dispositivo metodológico para trabalhos científicos, desenvolvido pelas autoras, deriva do dispositivo clínico formalizado por Dumézil e Brémond (2010) em 1983, o qual tinha como objetivo elaborar teoricamente os casos clínicos a fim de servir como dispositivo de formação para analistas. No trabalho aqui realizado, esse método se coloca como uma rica ferramenta, pois, a partir de uma entrevista que objetivou analisar as manifestações do racismo e hierarquias raciais no interior do núcleo familiar inter-racial, realizaremos uma análise clínica e psicanalítica. Assim, mediante a construção e busca da marca do caso, poderemos apresentar o que há de singular na história do sujeito perpassado pelo discurso racial.

O material que serviu como fonte para nossa pesquisa foi encontrado durante a realização de trabalho de conclusão de curso em Psicologia, acerca das implicações psíquicas do racismo na infância. O livro *Famílias Inter-Raciais: tensões entre cor e amor* (Schucman, 2023), descoberto durante a primeira pesquisa, é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado e teve como objetivo investigar as hierarquias e dinâmicas raciais em famílias inter-raciais. Para isso, a autora realizou entrevista com famílias inter-raciais, cinco delas presentes no livro. Schucman (2023), a respeito da metodologia, explica que foram selecionadas para o livro as interações “mais eloquentes e significativas” das entrevistas, no intuito de pensar as categorias de raça e racismo nas relações entre os sujeitos.

Após leitura integral do livro e das entrevistas, em uma delas, presente no quarto capítulo do livro, emergiu uma particularidade: foi realizada de forma individual. As demais foram realizadas em grupo com as famílias, seguindo o objetivo da pesquisa, que seria investigar as dinâmicas e hierarquias familiares atravessadas pelo discurso racial. A autora relata que a singularidade dessa entrevista aconteceu em razão de ter conhecido a entrevistada quando os dados das entrevistas realizadas já estavam sendo analisados. Ao comentar com Mariana (pseudônimo) sobre a pesquisa que estava sendo realizada, a futura entrevistada contou suas experiências familiares em uma família inter-racial, marcada por relatos de um

violento racismo. O relato fez com que meses depois a pesquisadora entrasse em contato com Mariana, convidando-a para ceder uma entrevista para a pesquisa.

Em razão da relação conflituosa de Mariana com a mãe, Schucman (2023) relata que fazer uma entrevista em conjunto, como as anteriores, não era uma opção. Com isso, essa entrevista, especificamente, foi realizada com essa particularidade, ou seja, de forma individual. Schucman (2023) ressalta que nas entrevistas realizadas em família os relatos de violência não apareceram de forma tão contundente quanto no relato individual. Em razão dessa especificidade, essa entrevista foi fisgada para uma construção clínica em busca da singularidade do caso.

Ao utilizarmos esse material, que foi apresentado, ouvido e selecionado por um outro pesquisador, abre-se a possibilidade de uma nova interpretação dos resultados. E é nessa nova interpretação que aqui propomos uma análise através da lente teórica da Psicanálise lacaniana, indo além do que foi realizado na pesquisa em primazia e extraindo novos sentidos e uma nova perspectiva de estudo para o tema. Como apontou Berenguer (2009), a construção de um caso clínico aponta a “singularidade absoluta de um sujeito, na qual seu sintoma é considerado como sua produção mais característica, sua verdadeira marca de identidade” (p. 130).

A partir da marca do caso, iremos seguir a análise doravante com o conceito de traço unário, conforme sistematizado por Lacan em seu Seminário 9 (1961-1962/2003). Nesse seminário, nomeado de “A Identificação”, Lacan aborda os processos de identificação e o papel dos significantes na estruturação do sujeito e, dessa forma, introduz o conceito de traço unário. O traço unário marca o sujeito de maneira incisiva, atuando como o ponto central em torno do qual se dá a identificação e a inserção do sujeito na ordem simbólica. E a marca do caso se relaciona com esse conceito, na medida em que se trata de um “ponto inaugural da estrutura de onde advirá a história” (Siqueira & Queiroz, 2014, p. 7). Com base no “traço unário”, abre-se a possibilidade de investigar o processo de identificação, considerando que o autor aponta nesse seminário o traço unário como signo que vem inicialmente do Outro.

A análise clínica desse material, que originalmente advém de uma pesquisa no campo da Psicologia Social, requer um exercício clínico. O que poderia ter de mais particular em um sujeito atravessado pelo discurso do racismo? Haja vista que o racismo propõe um ideal de branquidão e identidades aquém das propriedades humanas à imagem do corpo negro, quais são as saídas que o sujeito encontra diante desse discurso em sua história particular?

Para Lacan, o sujeito se constitui e está inscrito no campo da linguagem, linguagem essa que o precede. Por linguagem não falamos apenas da palavra, mas também de cultura, tradições, mitos familiares... Entre eles o racismo estrutural, que também habita esse campo simbólico. Assim como a linguagem, o racismo estrutural ultrapassa a dimensão individual. Dessa forma, podemos considerar o racismo estrutural — e também as teorias de Bicudo (2010), Nogueira (1998) e Souza (1983/2021), que visam sobre os efeitos desse racismo no psíquico — como estruturas gerais que atravessam a subjetividade daqueles perpassados pela imagem de um corpo marcado pela pele preta ou traços negróides.

Todavia, mediante a construção e busca da marca do caso como método de investigação das implicações do racismo em famílias inter-raciais, propomos analisar o que há de particular no sujeito, pois sua emergência sempre irá se diferenciar de modelos universais.

Como ressalta Recalcati (2017/2021), na prática clínica nunca são encontradas exatamente as funções e estruturas gerais, pois sempre há um sujeito particular, que precisa ser escutado sempre como se fosse o primeiro.

A utilização desse método para a investigação dos efeitos do racismo no sujeito se dá, portanto, porque, para sujeitos nomeados e atravessados pelo racismo, se inscrevem significantes racionalizantes que os colocam em um universo de significados moldados por uma ideologia racista. Entretanto, a constituição de um corpo escapa aos estereótipos, tipificações e classificações de pessoas negras em grupos. Com isso, a partir da construção e análise do caso, será analisada a saída particular do sujeito em resposta ao discurso racista.

Assim, a construção do caso tem a importância de transmitir o que há de singular no sujeito. E quando se trata de atendimentos clínicos e pesquisas com sujeitos racializados e atravessados pelo discurso racista, esse cuidado é essencial. Portanto, nessa construção do caso, passa-se da história contada para o caso clínico no intuito de transmitir o que há de singular, além de se apresentar como um exercício clínico.

Corpo e nomeação: efeitos do racismo em Mariana

Para leitura da marca do caso em Mariana, seguiu-se a prerrogativa de Freud (1919/2019), ao analisar o conto “O homem de areia” e discutir o conceito “Das Unheimliche” (O infamiliar; estranho inquietante): um traço que se repete e denota algo que nunca é inteiramente assimilado pelo psiquismo. Assim, na construção do caso clínico da entrevista realizada por Schucman (2023), foi realizado o exercício de analisar as repetições dos ditos da entrevistada. Como aponta Siqueira e Queiroz (2014), um caso clínico nunca é um axioma, é preciso se atentar para a trama lógica e para a sintaxe que rege as relações que formam o caso, além de ponderar que o principal indício da operatória de uma estrutura é a repetição. Apesar de se tratar inicialmente de uma pesquisa sobre relações raciais e racismo em uma família inter-racial, buscaram-se as particularidades.

O racismo é tomado aqui como estrutura social na lógica brasileira. Sendo que, como discurso estrutural, é um discurso que a todos atravessa. Assim, o caso Mariana remete a essa estrutura, mas também tem uma lógica formada por um conjunto de elementos próprios que apresentam relação com essa estrutura, tal qual em uma estrutura clínica. Com isso, ao ler e analisar os fragmentos do relato de Mariana, buscou-se aproximar a história ao discurso do racismo e ao singular do sujeito, atentando-se às repetições e pontos paradigmáticos do caso.

Na história de Mariana, a trama edípica atravessada por um ideal de brancura — próprio do discurso racista estrutural — e um pai que encarnava a negritude foram pontos centrais no caso analisado. A figura da mãe, que encarnava na própria pele e no discurso o ideal de brancura, assumiu na história o papel de nomeação sobre seu corpo, emergindo no discurso de Mariana de forma bastante contundente.

Um ponto que chamou a atenção foi sua nomeação no núcleo familiar: “Nega”. O apelido, desde a infância, substituiu o nome próprio. Enquanto as irmãs eram nomeadas por epítetos do próprio nome, a nomeação de Mariana, desde criança, remete à cor da pele como significante, traço que ela nomeia como igual ao do pai. A nomeação, advinda do Outro

materno, a localiza em uma posição de alteridade com a figura materna, figura que no núcleo familiar ocupa o lugar de brancura.

No seminário 18, Lacan (1971/2009) afirma que “o significante é o que representa um sujeito para outro significante no qual o sujeito não está, ali onde é representado, o sujeito está ausente” (p. 10). Para Mariana, nomeada pelo significante “Nega”, a imagem de seu corpo aponta para uma marca da qual seu próprio corpo é o representante. Com isso, o significante “Nega”, atrelado a uma referência a pele e traços, vem repleto de significados simbólicos, o que pode ou não enclausurar o sujeito em uma determinada cadeia de significantes. No discurso racista, significantes como “beijo grosso”, “nariz chato”, “cabelo ruim” e “bundão” — exemplos presentes nos relatos de caso trabalhados por Neusa Santos Souza (1983/2021) — marcam o que se nomeia como “raça negra” e, com isso, insere o negro em contraponto ao que é atribuído como corpo e humano universal: a brancura e a branquitude.

Dessa forma, consideramos que o significante “Nega”, no caso de Mariana, funcionou como traço unário (Lacan, 1961-1962/2003), marca distintiva que a singulariza na cadeia significante da família. Os nomes, como enfatiza Lacan no seminário 9 (1961-1962/2003), nunca são em vão, pois toda nomeação elenca uma gama de significações às quais estamos submetidos. No caso, “Nega” a inscreve em um campo semântico marcado pelo discurso racista, mas remetendo diretamente ao corpo e cabelo de seu pai, a quem era constantemente associada pela mãe: “*esse cabelo de Bombril do seu pai! Esse cabelo ruim do seu pai! Você é igual a ele!*” (Schucman, 2023, p. 94).

Como destaca Gomes (2006), o cabelo crespo historicamente carrega significados atribuídos ao discurso do racismo e, conforme escalas corpóreas e estéticas construídas nesse discurso, esse tipo de cabelo é considerado socialmente inferior. Esse estigma é reforçado pela figura materna de Mariana. Figura que representa a brancura e branquitude e que, ao nomeá-la, localiza a filha em uma escala corpórea inferior, em alteridade à sua brancura. Assim, “o cabelo crespo na sociedade funciona como uma linguagem e, conquanto tal, ele comunica e informa sobre as relações raciais brasileiras” (Gomes, 2006, p. 361). O cabelo crespo de Mariana, nomeado pela mãe como “cabelo de Bombril” igual ao do pai, indica as relações raciais no núcleo familiar; uma cadeia significante que tem “Nega” como nome próprio e também como um traço de identificação à figura paterna.

Esse traço remete a uma inscrição simbólica e a uma identificação com o pai, figura constantemente rebaixada, alvo das piadas racistas da família e silenciado em sua posição. O pai, que poderia encarnar a função mediadora do Nome-do-Pai, aparece destituído dessa autoridade, reduzido a objeto de humilhação em sua lógica familiar. O Outro materno de Mariana representa a imagem da brancura e através de seus ditos reforça a brancura como ideal de corpo, despertando na filha o desejo de também ter esses traços. A lógica edípica, assim, se perverte: em vez do nome-do-pai operar como limite ao gozo materno dessa mãe, o pai surge como espelho de inferiorização, espelho esse que ela evita olhar, e quando olha é atravessada por sofrimento.

A mãe, por sua vez, ocupa o lugar de Outro que nomeia de modo violento. Sua fala não apenas distingue Mariana como diferente das irmãs que têm pele em tons mais claros, mas também inscreve no corpo da filha uma marca de inferioridade racial. Assim, essas nomeações

marcam uma não inscrição de seu corpo no desejo do Outro materno, orientado pelo ideal de brancura. Mesmo quando tentava “consolar”, dizia: “*macaco é seu pai, você não é não, você é mais clara*”.

A transmissão dos significantes utilizados pela mãe marca seu corpo como inadequado, apontando para uma denegação de seu esquema corporal. O efeito paradoxal desse enunciado reforça que a possibilidade de escapar ao destino do pai e responder à demanda do Outro materno nessa trama só será possível ao atingir um ideal de brancura. Dessa forma, Mariana se vê diante de um conflito a partir da dupla experiência da introjeção do ideal de brancura como objeto de desejo da mãe e a constatação de caráter dissociante de não corresponder a esse objeto de desejo.

O nome do pai, “enquanto vetor da encarnação da Lei no desejo” (Lacan, 1969/2003, p. 369), teria a função de mediar a distância entre o ideal de eu e o desejo da mãe e, em caso de não facilitar e inscrever essa mediação, acaba deixando a criança exposta a capturas fantasísticas da mãe. Para Mariana, o pai é um homem que tem uma “*identidade negra extremamente negativa e se colocava como inferior*” (Schucman, 2023, p. 73) e a mãe o “*colocava como inferior*” ao chamá-lo de “*macaco, preto fedido, de preto nojento*”. Esse pai, de quem ela relata ter uma relação distante e o definir como uma “*pessoa asquerosa*”, um homem que “*bebia*” e “*era preto*”, parece não ocupar a função de mediador entre o ideal de brancura e o desejo da mãe, deixando-a capturada por essa fantasia da brancura.

A importância da nomeação e do Outro materno na constituição do corpo do sujeito é evidenciado por Lacan (1949/1998) em seu texto “*O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelado na experiência analítica*”. Lacan (1949/1998) aponta como o bebê chega ao mundo como um pedaço de carne desprovido de unidade corporal e que o estabelecimento de seu pequeno corpo como uma unidade corporal só é possível na relação com o outro, por meio da alienação fundamental inicial no Outro materno. A mãe, como aquela que exerce uma função (materna) para além de uma simples satisfação das necessidades, ocupa-se da criança, nomeia-a, significa seus gestos, seus choros. Através desses atos simbólicos, a mãe possibilita a construção de um Eu e de sua imagem corporal, em uma primeira e rudimentar identificação. Nas palavras de Lacan (1949/1998),

Basta compreender *O estádio do espelho* como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem — cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*. A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (p. 97).

Lacan (1949/1998) adverte que o estádio do espelho deve ser compreendido como uma identificação, posto que ocorre uma transformação no sujeito quando ele assume uma imagem. Sendo assim, a subjetividade que se delineia na fase do espelho representa uma

construção imaginária inteiramente submetida à medida do outro. Desse modo, a imagem do corpo tem importante papel na identificação do sujeito; além disso, não é por meio da imagem do próprio corpo que o sujeito irá se introduzir no campo do gozo, mas por intermédio do corpo do outro e suas nomeações.

No Seminário “Os escritos técnicos de Freud”, Lacan (1953/2009) destaca que no estádio do espelho dois registros estão implicados: o imaginário e o simbólico. O simbólico se apresenta neste estádio a partir da dimensão das palavras, sendo as palavras o que medeia a relação entre o sujeito e o outro e representa as possibilidades de posições do sujeito. Para Lacan (1953/2009, p. 57), o simbólico representa as possibilidades de posições do sujeito, sendo através da palavra que ocorre a mediação entre o sujeito e o outro.

A partir dos ditos do Outro materno, Mariana constrói uma relação persecutória com o próprio corpo, marcada pelo desejo de atingir o ideal de brancura: usava pregador no nariz para afiná-lo, sonhava em ter olhos verdes como os da mãe e cabelo liso, desejava “acordar branca”. O espelho, em sua experiência, não devolvia uma imagem integrada, mas um reflexo do pai degradado, espelho esse recusado com raiva e ódio. Seu traço, portanto, inscreve o nome-do-pai, mas um pai ao qual ela não quer ser igual. Essa identificação negativa gera uma rejeição profunda de sua própria imagem.

Em Mariana, o modo particular com que a linguagem emergiu para si traz a referência do Outro primordial, que é o Outro materno. A maneira como Mariana foi nomeada por esse Outro tem a marca do significante primordial, “Nega”, em contraponto ao ideal de brancura do Outro materno. Dessa forma, o desejo materno da mãe de Mariana tem valor de brancura, o que ocasiona que seu corpo seja alvo de inúmeros ataques, incluindo o ataque a si mesma através dos alisamentos químicos e da angústia ao se olhar ao espelho.

A respeito da relação mãe e filha, Zalcberg (2003, p. 41) destaca o vínculo com a mãe como “o verdadeiro núcleo de neurose da filha” e que o desenrolar da feminilidade só estaria com o caminho aberto em caso de um não comprometimento na ligação primária com a mãe. Com Mariana, há uma demanda da mãe que anseia por uma modificação nos traços de seu corpo, como o nariz, em prol de uma aproximação da brancura. Zalcberg (2003) pontua que “quando o falo representado pela criança não agrada à mãe, ou não lhe convém, é a própria existência da criança que fica em suspenso, pois ela não encontra insígnias para fundamentar seu ser” (p. 82). Na tentativa de ser igual à mãe, Mariana procura sua imagem fálica no olhar da mãe e não a encontra, presente na angústia no não entendimento de ter nascido “igual” ao pai.

Zalcberg (2003, p. 38) irá utilizar a noção lacaniana de traço mínimo de identificação para argumentar a saída da posição de sujeito ao desejo materno e advir como sujeito: o menino e a menina pedem emprestado ao Outro paterno esse traço mínimo de identificação. Entretanto, no menino e na menina esse traço terá destinos diferentes. Para o menino, esse traço servirá de modo a ser um apoio para a construção de uma identidade, já a menina precisará continuar procurando um suporte para sua identificação de mulher. A mãe de Mariana marcava características de seu corpo como iguais às desse pai, significando Mariana como “igual a ele”, na medida em que Mariana evidencia na entrevista que respondia de maneira a se afastar desse pai: “eu sou igual a ele, não queria nem chegar perto” (Schucman,

2023, p. 79). Portanto, em uma movimentação de recusa ao traço de identificação com esse pai, que difere do desejo e ideal presente no discurso da mãe.

Para Lacan (1961-1962/2003), o nome próprio — assim como o traço unário — funciona como um suporte do significante. Entretanto, a constituição do sujeito irá se dar no momento em que este toma uma posição em relação ao nome próprio e realiza uma leitura sobre essa marca. Assim, diferentemente da identificação do imaginário do estádio do espelho, referente a uma assimilação a uma imagem especular, essa identificação se localiza no campo do simbólico, por uma dependência do significante. E Mariana toma uma posição em relação ao significante “Nega” e faz sua própria leitura acerca dessa marca.

Já adulta, Mariana busca reverter as significações negativas atreladas ao seu corpo e imagem, impostos pelas nomeações do Outro materno, e decide raspar o cabelo alisado e assumir os fios naturais. A mudança ocorre ao entrar em contato com a arte musical do rap, provocando uma metonímia do significante “Nega”. A partir da identificação ao nome próprio, ocorre uma tomada de posição subjetiva e ela deixa de ser objeto de gozo do Outro, que deseja a branca, e passa a se identificar com o traço fornecido pela figura materna de uma maneira que não seja mortífera para si. Esse ato denota sua tentativa de reescrever essa marca de outro modo, retificando a nomeação “Nega” e o cabelo crespo não mais como estigmas, mas como significante que representa sua ancestralidade, símbolo de luta em busca do acesso aos direitos que foram negados ao seus ancestrais.

Destarte, o caso de Mariana mostra um recorte de como o racismo na história particular pode constituir a relação com o corpo, com o desejo e com o Outro e a possibilidade de saídas subjetivas do sujeito a partir dos atravessamentos raciais.

Considerações finais

As discussões realizadas neste trabalho evidenciam que a Psicanálise, desde Freud e Lacan, oferece elementos que nos auxiliaram a pensar a prática do racismo na sociedade. Entretanto, é a partir dos trabalhos desenvolvidos por psicanalistas posteriores, como Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista, que o marcador raça e a prática do racismo são colocados como algo que interpela o sujeito em sua constituição psíquica e pode vir a ser produtor de sofrimento psíquico. Esses trabalhos irão apontar que o racismo, como estrutura discursiva, posiciona a branca como ideal.

Todavia, considerando que a Psicanálise tem prática clínica e pesquisa atrelados, é necessário que esse campo esteja atento e aberto a escutar as possíveis nuances que o racismo estrutural ocasiona em cada sujeito, em sua singularidade. É a partir da construção e da análise da marca do caso que tocamos nessa dimensão.

Mediante a construção do caso de Mariana e a identificação da marca de seu caso, reitera-se a hipótese de Neusa Santos Souza: o sujeito negro é alienado a uma imagem ideal de desejo do Outro. No caso de Mariana, esse Outro primordial é a mãe, que encarna o ideal de branca em seu próprio corpo. A nomeação “Nega” torna-se a marca fundamental que a diferencia das irmãs e da própria mãe, tendo marca de nome próprio na estrutura familiar e alinhando-a à figura paterna.

Embora o racismo e o ideal de branca pertencam ao plano universal, eles funcionam como pontos inaugurais para a história singular de Mariana. Essa nomeação, que carregava a marca de um sofrimento, passa por um giro discursivo. A partir da identificação ao nome próprio, ocorre uma tomada de posição subjetiva e ela deixa de ser objeto de gozo do Outro, que deseja a branca, e passa a se identificar com o traço fornecido pela figura materna, de uma maneira que não seja mortífera para si.

A pesquisa aqui realizada apontou limitações por se tratar da construção de um caso clínico a partir de uma entrevista realizada por um terceiro. Mas ressaltamos a importância de realizar pesquisas clínicas com o intuito de abarcar os atravessamentos do racismo na dimensão psíquica e singular de cada sujeito. Destacamos que as investigações sobre o racismo a partir do campo da Psicanálise na universidade incrementam a discussão teórica sobre o tema ao considerar que o racismo, além de efeitos políticos e sociais, gera efeitos para os sujeitos, como sofrimento psíquico.

Referências

- Almeida, S. (2019). *O racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra.
- Andrade, C. (2024). Aquilombamentos e restos que se transmitem na cor. *Cythère? Revista da Rede Universitária Americana*, Edição Especial, 52-60. Recuperado em 11/03/2026 em: <<https://fapol.org/cythere/wp-content/uploads/sites/3/2024/06/ANDRADE-Aquilombamentos-e-restos-que-se-transmitem-na-cor.pdf>>.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bicudo, V. L. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política.
- Berenguer, E. (2009). A construção de um caso. *Curinga: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais*, (29), 121-132.
- Bonfim, F. (2021). O problema do racismo: um desafio para a psicanálise. *Stylus Revista de Psicanálise*, 41, 83-94. Recuperado em 11/03/2026 em: <00400014 <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/505>>.
- Dumézil, C. & Brémond, B. (2010). *L'invention du psychanalyste: le Trait du Cas*. Toulouse: Érès.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas* (Nascimento, S., trad.). São Paulo: UBU. (Obra original publicada em 1952).
- Fonteles, C. S. L. & Coutinho, D. M. B. (2016). Psicanálise e universidade: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 50(4), 175-188. Recuperado em 11/03/2026 em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So486-641X20160>.
- Freud, S. (2018). O tabu da virgindade. In *Amor, sexualidade, feminilidade* (pp. 116-134). Autêntica. (Obra original publicada em 1918).
- Freud, S. (2020). Mal-estar na civilização. In *Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos* (pp. 305-405). Autêntica Editora. (Obra original publicada em 1930)
- Freud, S. (2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta* (R. Zwick, Trad.). L&PM Pocket. (Obra original publicada em 1939)

- Freud, S. (2020). Psicologia das massas e análise do eu. In *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 137-225). Autêntica Editora. (Obra original publicada em 1921)
- Freud, S. (2019). *O infamiliar (Das Unheimliche)*. Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1919).
- Fuks, B. B. & Farias, A. P. G. (2023). Do narcisismo das pequenas diferenças ao gozo narcísico: racismo, colonialidade, segregação, genocídio. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(spe), 1271-1290. Recuperado em 11/03/2026 em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812023000701271>.
- Gomes, N. L. (2006). *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra* (3a ed. rev. e ampl.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Gonzalez, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In Rios, F. & Lima, M. (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 75-93). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1983).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In *Outros escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1969)
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J. *Escritos*. (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1949).
- Lacan, J. (2003). O aturdido. In Lacan, J. *Outros escritos*. (pp. 448-497). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1972).
- Lacan, J. (2003). *Seminário, livro 9: A identificação* (I. Corrêa & M. Bagno, Trans.). Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961-1962).
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1971).
- Lacan, J. (2012). *O Seminário, livro 19: ...ou pior*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1972).
- Lacan, J. (2003). Televisão. In *Outros escritos* (pp. 508-543). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1973).
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- Miller, J.-A. (2010). *Racismo, extimidad*. Buenos Aires: Paidós. (Obra original publicada em 1985).
- Moreno Cárdenas, O. D. (2023). *A colonização e seus restos: transmissão, linguagem e olhar*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In Kon, N. M., Abud, C. C. & Silva, M. L. (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a Psicanálise*. (pp. 33-44). São Paulo: Perspectiva.

- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do corpo negro*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil..
- Pinto, A. L. (2012). Goce del otro: aproximaciones a una lectura lacaniana del racismo. *Pilquen – Sección Psicopedagogía*, 8, 4. Recuperado em 11/03/2026 em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4059040>>
- Pinto, E. B. (2004). A pesquisa qualitativa em psicologia clínica e a pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 15(1-2), 71-80. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642004000100010>
- Ratts, A. (2006). *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Recalcati, M. (2021). *La práctica de la entrevista clínica: una perspectiva lacaniana* (González Barrientos, M., trad.). Santiago: Pólvora Editorial. (Obra original publicada em 2017).
- Schucman, L. V. (2023). *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. São Paulo: Fósforo.
- Siqueira, E. R. A. (2013). *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais*. Tese de doutorado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Siqueira, E. R. A. (2009). *O estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas e alterações corporais*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Siqueira, E. R. A. & Queiroz, E. F. (2014). O singular do caso clínico: uma proposta metodológica em Psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(3), 104-114. Recuperado em 11/03/2026 em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300009>
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1983)
- Viganò, C. (1999). A construção do caso clínico em Saúde Mental. *Curinga: Psicanálise e Saúde Mental*, (13), 50-59.
- Zalcborg, M. (2003). *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Campus.

Psychoanalysis and racism: possible methodological approaches

Abstract

This article investigates the psychological implications of racism in Brazil, using psychoanalysis as a theoretical and methodological framework. It begins by revisiting the main ideas of Freud and Lacan on segregation and recalls pioneering Brazilian postgraduate research in psychoanalytic discussions on the psychological effects of racism. Thus, it establishes the necessary framework for analyzing clinical, structural, and general aspects of the constitution of the subject traversed by raciality. The construction of a clinical case and the use of the case mark as a methodological operator underpin the investigation of the unique effects of racism. In Mariana's case, the experience of naming in her family nucleus shows how racism — present in the social structure — implies her relationship with her own body and subjectivity. It is concluded that this analysis allows us to delve into the possible outcomes and the emergence of the subject in the face of racist discourse, reinforcing the power of psychoanalysis for investigating the effects of racism in contemporary times.

Keywords: Racism. Psychoanalytic methodology. Clinical case.

Psicoanálisis y racismo: posibles caminos metodológicos

Resumen

Este artículo investiga las implicaciones psíquicas del racismo en Brasil, utilizando el psicoanálisis como aporte teórico-metodológico. Inicialmente, revisa las principales elaboraciones de Freud y Lacan sobre los fenómenos segregadores y evoca las investigaciones brasileñas de posgrado pioneras en las discusiones psicoanalíticas sobre los efectos psíquicos del racismo. De este modo, establece el marco de referencia necesario para el análisis de los aspectos clínicos, estructurales y generales de la constitución del sujeto atravesado por la racialidad. La construcción de un caso clínico y el uso de la marca del caso como operador metodológico fundamentan la investigación de los efectos singulares del racismo. En el caso de Mariana, la experiencia de la denominación en su núcleo familiar evidencia cómo el racismo, presente en la estructura social, implica su relación con el propio cuerpo y la subjetividad. Se concluye que este análisis permite adentrarse en las posibles salidas y en la emergencia del sujeto frente a los cruces del discurso racista, reforzando el poder del psicoanálisis para la investigación de los efectos del racismo en la contemporaneidad.

Palabras clave: Racismo. Metodología psicoanalítica. Caso clínico.

Psicanalyse et racisme: voies méthodologiques possibles

Résumé

Cet article examine les implications psychiques du racisme au Brésil, en utilisant la psychanalyse comme apport théorique et méthodologique. Il revient tout d'abord sur les principales réflexions de Freud et Lacan concernant les phénomènes de ségrégation et évoque les recherches brésiliennes pionnières dans les discussions psychanalytiques sur les effets psychiques du racisme. Il établit ainsi le cadre de référence nécessaire à l'analyse des aspects cliniques, structurels et généraux de la constitution du sujet traversé par la racialité. La construction d'un cas clinique et l'utilisation de la marque du cas comme opérateur méthodologique fondent l'étude des effets singuliers du racisme. Dans le cas de Mariana, l'expérience de la nomination au sein de sa famille montre comment le racisme, présent dans la structure sociale, implique sa relation avec son propre corps et sa subjectivité. On peut conclure que cette analyse permet d'aborder les issues possibles et l'émergence du sujet face aux traversées du discours raciste, renforçant ainsi la puissance de la psychanalyse pour l'étude des effets du racisme dans le monde contemporain.

Mots-clés: Racisme. Méthodologie psychanalytique. Cas clinique.

Recebido em: 31/07/2025

Revisado em: 25/11/2025

Aceito em: 04/12/2025